



Simulado Final

TRF 1

Técnico Judiciário

**Oficial de Justiça Avaliador Federal
Pós-Edital**

Simulado

Simulado Final TRF-1 (Analista Judiciário - Oficial Justiça Avaliador Federal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária da TRF-1**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/zNRTeiUdtqerCZCYA>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/vvL1>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

01. Segundo o gramático Celso Cunha, os adjetivos mostram os seguintes valores: uma qualidade, uma característica, um estado ou uma relação.

Assinale a frase em que o adjetivo sublinhado é classificado como adjetivo de estado.

- a) Não tome decisões aborrecido.
- b) Nada mais difícil que a mudança.
- c) Pessoas ignorantes se excedem em confiança.
- d) A imaginação humana é infinita.
- e) Pessoas sábias são uma minoria paciente.

02. Assinale a frase abaixo que não exemplifica a substantivação de um adjetivo.

- a) O proibido me atrai.
- b) O ótimo é inimigo do bom.
- c) A vida nem sempre privilegia os merecedores.
- d) A soberba é a solidão mais solitária.
- e) O machucado da perna piorou.

03. Assinale a frase em que o adjetivo exerce uma função sintática diferente daquela observada nos demais.

- a) A bela paisagem encantou os turistas.
- b) Ele comprou um carro novo.
- c) A cidade antiga preserva suas tradições.
- d) Eles visitaram o famoso museu.
- e) Os turistas sempre acordam cansados.

04. No texto a seguir há a apresentação de uma opinião.

“A Inteligência Artificial (Ia) precisa ser monitorada para garantir segurança, ética e conformidade regulatória, além de otimizar seu desempenho e mitigar impactos sociais. A IA pode apresentar comportamentos imprevisíveis, ser usada de forma maliciosa e perpetuar preconceitos, exigindo supervisão para prevenir danos e discriminação. O monitoramento também assegura transparência, responsabilidade e respeito às leis de proteção de dados, como o GDPR, além de garantir a qualidade e precisão de suas operações, corrigindo erros rapidamente. Além disso, a automação impulsionada pela IA pode afetar o mercado de trabalho e o meio ambiente, o que exige acompanhamento para mitigar impactos negativos e promover uma transição justa e sustentável”.

Em relação ao procedimento de apresentação da opinião presente no texto acima, é correto afirmar que o argumentador:

- a) apresenta sua própria opinião;
- b) apresenta uma opinião como geral;
- c) apresenta uma opinião alheia;
- d) apresenta e comenta uma opinião;
- e) confronta diversas opiniões.

05. Assinale a alternativa em que a preposição é exigida por um termo anterior.

- a) "A paciência de Jó é uma virtude inestimável."
- b) "A coragem de um leão é o que faz a diferença."
- c) "A esperança de um futuro melhor mantém a chama acesa."
- d) "A beleza do pôr do sol traz paz ao coração."
- e) "A sabedoria dos anciãos deve ser valorizada."

06. A ordem dos termos em um sintagma nominal é relevante para a análise do sentido e da classe dos seus constituintes. No segmento “*determinados valores*”, a inversão dos termos causaria mudança de sentido e de classe gramatical. Assinale a alternativa em que isso também ocorre.

- a) história triste
- b) renomado autor
- c) pobre mulher
- d) bom atirador
- e) várias soluções

07. Está grafado incorretamente o vocábulo:

- a) seguro-desemprego;
- b) sub-desenvolvido;
- c) intra-auricular;
- d) super-reforçado;
- e) antidemocrático.

08. A ambiguidade é uma situação em que uma palavra, frase ou expressão pode ser interpretada de mais de uma forma, podendo levar a um significado diferente. Assinale a alternativa em que não ocorre ambiguidade:

- a) Professor e aluno debateram muito; este, inclusive, se descontrolou.
- b) A demissão do gerente causou mal-estar na empresa.
- c) Encontramos o cachorro estressado sob a cama.
- d) O policial nega ter agredido o ladrão em sua casa.
- e) Eles são empresários de jogadores muito promissores.

09. Verbos abundantes são aqueles que possuem mais de uma forma de valor equivalente, o que ocorre principalmente no particípio.

Assinale a opção que mostra uma forma inadequada de particípio.

- a) pagar / pagado e pago.
- b) entregar / entregado e entregue.
- c) imprimir / imprimido e impresso.
- d) chegar / chegado e chego.
- e) expressar / expressado e expresso.

10. Falácias são raciocínios inválidos ou enganosos que parecem corretos à primeira vista, mas que, ao serem analisados mais detalhadamente, revelam-se falhos. Elas podem ser utilizadas de maneira intencional, para enganar ou manipular, ou de maneira acidental, por falta de conhecimento sobre lógica ou argumentação.

Tendo esse conceito em vista, considere o seguinte argumento: *"Todos os grandes escritores leem compulsivamente. Carlos lê compulsivamente, portanto ele deve ser um grande escritor."*

Assinale entre as alternativas abaixo um comentário adequado sobre uma falácia contida no raciocínio exposto.

- a) Apelo à autoridade - O argumento utiliza a opinião de uma figura de autoridade para validar uma afirmação. Exemplo: "O renomado cientista Dr. Smith afirma que a teoria é verdadeira, portanto deve ser verdade."
- b) Generalização precipitada - Extrapolando uma conclusão a partir de uma amostra não representativa. Exemplo: "Experimentei um restaurante chinês ruim, logo todos os restaurantes chineses devem ser ruins."
- c) Argumento ad hominem - Ataca o caráter ou a credibilidade da pessoa que faz o argumento, em vez de refutar o argumento em si. Exemplo: "Não podemos aceitar as propostas do político X, pois ele é conhecido por ser corrupto."
- d) Falsa dicotomia - Apresenta apenas duas alternativas como se fossem as únicas possíveis, ignorando outras possibilidades. Exemplo: "Se não apoiar essa medida, você é contra o progresso da nação."
- e) Causa falsa - Assume erroneamente que uma coisa é a causa de outra sem evidências adequadas para tal afirmação. Exemplo: "O aumento no consumo de sorvete está relacionado ao aumento no número de afogamentos."

Observe o texto a seguir.

Transtorno de personalidade é um conjunto de doenças psiquiátricas caracterizadas por desvios de comportamento bem rígidos e mal ajustados que prejudicam a forma que o paciente lida com seus impulsos e com as pessoas ao redor. O problema é dividido em três grupos principais que possuem características semelhantes.

Classe A (personalidades excêntricas). Aqui, existem os transtornos de personalidade paranoide, esquizoide e a esquizotípica. Em geral, as pessoas que possuem alguns desses transtornos sofrem com falta de confiança em outras pessoas e não existem muitas expressões emocionais.

No entanto, há algumas diferenças. Pessoas com o transtorno paranoide costumam ser hostis e agressivas, por ter uma tendência a sempre achar que vai ser enganada e sendo assim, desconfiam das pessoas.

As pessoas com o transtorno esquizoide são indiferentes a relações pessoais, não tendo nenhuma vontade de interagir com outros indivíduos. No caso da esquizotípica, elas podem ter um comportamento excêntrico, pensamentos e crenças incomuns ou bizarras, sentimento de desconforto em ambientes sociais e dificuldade para ter relacionamentos íntimos.

Classe B (personalidades dramáticas). Existem quatro transtornos relacionados com esse tipo de personalidade. Elas se destacam pela falta de respeito com outras pessoas, geralmente o paciente não demonstra remorso por suas atitudes, mas também possuem suas diferenças.

Por exemplo, quem possui o transtorno de personalidade antissocial não consegue reconhecer os sentimentos e necessidade de outros, podendo agredir, roubar e mentir repetidamente para as pessoas, além de poder ter comportamentos ilegais.

Esse tipo é o completo oposto da personalidade narcisista, que, apesar de agir parecido em alguns pontos com a personalidade antissocial nos quesitos de pouca empatia ou preocupação com outras pessoas, possuem uma autoestima elevada e uma necessidade de autoafirmação, bem como fantasias de sucesso, beleza ou poder.

Já os transtornos de histriônica e borderline se relacionam pelo drama e emotividade. Pessoas que possuem personalidade histriônica são altamente emotivas e dramáticas, precisando sempre de aprovação

e atenção excessiva. Já as características da borderline incluem o medo de ser abandonado, assim como relacionamentos intensos e instáveis, podendo estar acompanhado de comportamento autodestrutivo e sentimento de vazio crônico.

Classe C (personalidades ansiosas). Nessa classe, há conhecimento de três transtornos de personalidades de pessoas ansiosas, em que persiste um sentimento de inadequação e os pacientes são pouco abertos a mudanças.

Pacientes com o transtorno de personalidade esquiva são tímidos e isolados socialmente, e evitam a interação social, sendo extremamente sensíveis aos julgamentos negativos dos outros, podendo ter sentimentos de inadequação.

Alguns traços da personalidade obsessivo-compulsiva são de pessoas preocupadas com regras e ordem e que valorizam o trabalho acima de outros aspectos da vida, fazendo com que sejam perfeccionistas e sentido uma necessidade de estar no controle. É importante ressaltar que ela não tem relação com o transtorno obsessivo-compulsivo, que é uma forma de transtorno de ansiedade.

No caso do transtorno de personalidade dependente, a pessoa sente a necessidade de ser cuidado e tem medo de estar sozinho, bem como possui a dificuldade de ficar longe de seus entes queridos ou tomar decisões por conta própria. Quem tem o problema pode ser submisso e tolerar relações abusivas.

<https://www.rededorsaoluz.com.br/doencas/transtorno-de-personalidade>

11. Sobre a estruturação e as informações contidas no texto, assinale a alternativa incorreta.

- a) O texto começa com uma definição clara do que é transtorno de personalidade, destacando que são distúrbios psiquiátricos que afetam a forma como os indivíduos interagem com os outros e controlam seus impulsos. Também informa que os transtornos são divididos em três categorias principais, estabelecendo a estrutura que será seguida ao longo do texto;
- b) O texto aborda os transtornos paranoide, esquizoide e esquizotípico. Cada um é descrito de forma detalhada, mostrando suas peculiaridades. Por exemplo, o transtorno paranoide está associado à desconfiança e hostilidade, enquanto o esquizoide envolve isolamento social e indiferença. Já o esquizotípico é caracterizado por comportamentos excêntricos e dificuldades em interações sociais.;
- c) No segmento "Personalidades Ansiosas", o foco são os transtornos que envolvem medo e ansiedade, como o transtorno de personalidade esquiva, obsessivo-compulsiva e dependente. O texto esclarece as características de cada transtorno, como o medo de rejeição social na personalidade esquiva e a obsessão com ordem na obsessivo-compulsiva, destacando que esta última não deve ser confundida com o transtorno obsessivo-compulsivo (TOC).
- d) O autor explica que as personalidades desse grupo são marcadas por comportamentos dramáticos e falta de empatia, detalhando os transtornos antissocial, narcisista, histriônico e borderline. As descrições realçam as diferenças e semelhanças entre esses transtornos, como a dificuldade de sentir empatia (no caso dos transtornos antissocial e narcisista) e o medo de abandono e os relacionamentos instáveis no borderline;
- e) Embora o texto cubra uma ampla variedade de transtornos, estes são discutidos com profundidade e detalhamento, especialmente em termos de tratamento ou impacto na vida cotidiana do paciente.

12. Uma inferência inválida a partir das informações apresentadas no texto sobre os transtornos de personalidade é que:

- a) Indivíduos com transtorno de personalidade paranoide tendem a apresentar comportamentos agressivos devido à sua desconfiança exacerbada dos outros.
- b) A característica comum aos transtornos da classe C é o forte componente de ansiedade, o que leva os indivíduos a apresentarem comportamentos que evitam mudanças ou novas interações sociais.
- c) O transtorno de personalidade esquizotípica, apesar de pertencer à mesma classe que o transtorno esquizoide, diferencia-se por incluir comportamentos e crenças excêntricas.
- d) O transtorno de personalidade borderline é caracterizado por relações instáveis e comportamentos autodestrutivos, sendo o medo do abandono um fator-chave nesse transtorno.
- e) A obsessão por regras e perfeição no transtorno de personalidade obsessivo-compulsiva gera a condição também conhecida como transtorno obsessivo-compulsivo, uma vez que essas pessoas priorizam regras, ordem e o trabalho acima de outros aspectos da vida e conseqüentemente sejam perfeccionistas e controladoras.

13. No que se refere à pouca propensão à interação social, são semelhantes as personalidades:

- a) esquivas e esquizoides;
- b) esquizoides e borderline;
- c) histriônicas e borderline;
- d) dramáticas e narcisistas;
- e) esquivas e esquisitas.

14. *Pacientes com o transtorno de personalidade esquiva são tímidos e isolados socialmente, e evitam a interação social, sendo extremamente sensíveis aos julgamentos negativos dos outros, podendo ter sentimentos de inadequação.*

Esse segmento textual deve estar inserido no modo expositivo de organização discursiva.

Uma marca que caracteriza esse modo de organização é a

- a) apresentação de uma série de fatos cronologicamente sucessivos que dão conta de um período de tempo.
- b) exposição de um tema de forma coerente, ordenada e clara, de modo que possa ser lido com fluidez e interpretado com facilidade.
- c) indicação de um conjunto de traços de uma realidade qualquer de forma que a possamos identificar.
- d) defesa de uma ideia diante de uma realidade que permite mais de um posicionamento ideológico.
- e) demonstração de uma ideia apoiada em diferentes meios de comprovação ou apoio para convencimento do leitor.

15. Assinale a frase em que a grafia do “porquê” está correta.

- a) Todos sabem **por que** devem trabalhar.
- b) Queria saber **porque** as pessoas boas nem sempre vencem.
- c) Tenha muita paciência, **por que** existe o código penal.
- d) Desejo entender **por quê** não há criminosos em terapia.
- e) O homem criou religiões **porquê** ficou sem respostas científicas.

16. Assinale a frase em que houve troca indevida entre ONDE e AONDE.

- a) Onde estão as pessoas boas?
- b) Comprei uma casa onde podemos descansar.
- c) Aonde pretende chegar sendo tão irracional?
- d) Não sei aonde vamos com essa ansiedade toda.
- e) Preciso me reconciliar com a família: não tenho aonde ficar.

17. Observe a seguinte frase:

“Se as pessoas contessem suas emoções, a psicologia não precisaria ter intervindo para socorrer-lhes”.

Nessa frase, o(s) erro(s) existente(s) é(são):

- a) apenas na conjugação do verbo “intervir”;
- b) apenas na conjugação do verbo “conter”;
- c) na conjugação do verbo “conter” e na regência de “socorrer”;
- d) na conjugação do verbo “conter” e na colocação do pronome “lhes”;
- e) na conjugação dos verbos “conter” e “intervir” e na regência do verbo “socorrer”.

18. Assinale a frase que não mostra um exemplo de voz passiva pronominal (com o pronome Se).

- a) Ninguém se prejudicou por ser mais tolerante.
- b) O tempo que se perde perdoando se recupera dormindo.
- c) A ira não se deve justificar pela estupidez alheia.
- d) Com quantos erros se constrói uma pessoa sábia?
- e) O sol se põe para todos, só não sabe quem não quer.

19. Assinale a frase em que a classe gramatical do vocábulo “que” está corretamente indicada.

- a) Quanto mais leio, mais dizem que estou errado. / pronome interrogativo.
- b) A arte verdadeira tem um quê de loucura. / interjeição.
- c) Todos têm que sair da zona de desconforto. / conjunção integrante.
- d) Não sei que virtude mais me falta. / advérbio de intensidade.
- e) Sempre vendem método os que improvisam. / pronome relativo.

20. Todas as frases abaixo mostram o emprego de uma vírgula. Assinale a frase em que esse emprego está corretamente justificado.

- a) Duque de Caxias, 10 de março de 1987 / separar ou isolar o vocativo.
- b) Aos opositores, não lhes darei nenhuma atenção / indicar a supressão de verbo já enunciado.
- c) Em toda família, há alguém tentando salvar os demais / separar ou isolar o adjunto adverbial deslocado.
- d) Há dois tipos de pessoas, aqueles que dizem "por quê?" e aqueles que dizem "por que não?". / isolar expressões de valores diversos.
- e) Não precisamos de paz, mas sim de validação / isolar o aposto.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

21. Um servidor do TRF1 apresenta um determinado valor X em reais guardado embaixo do seu colchão. Desse valor, ele retirou 20% para presentear a sua sogra. Do valor restante, o servidor retirou 30% para presentear a sua mulher. O valor que restou embaixo do seu colchão, como percentual do valor original X, é:

- a) 56%
- b) 54%
- c) 52%
- d) 50%
- e) 46%

22. As fotografias de 60 servidores de certa vara do TRF1 serão dispostas em uma parede, arrumadas em um formato retangular com determinado número de linhas e colunas. Sabe-se que a disposição das fotografias deve ter pelo menos 3 linhas e pelo menos 3 colunas.

O número de formatos diferentes (número de linhas e número de colunas) que a disposição das fotografias poderá ter é:

- a) 5
- b) 6
- c) 7
- d) 8
- e) 10

23. Considere a afirmação a seguir:

“Se não estudo para concursos públicos, então sou um ser humano feliz.”

Analise, a seguir, três novas afirmações:

- I. Se estudo para concursos públicos, então não sou um ser humano feliz.
- II. Se sou um ser humano feliz, então não estudo para concursos públicos.
- III. Se não sou um ser humano feliz, então estudo para concursos públicos.

Assinale a opção que indica a(s) afirmação(ões) que é(são) equivalente(s) à inicial.

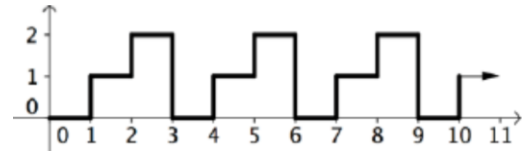
- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

24. Joaquim é mais baixo do que Amélia. Paulo não é mais baixo do que Amélia. Débora não é mais alta do que Joaquim.

É correto concluir que:

- a) Amélia é mais alta do que Paulo;
- b) Paulo é mais baixo do que Joaquim;
- c) Débora é mais alta do que Amélia;
- d) Joaquim é mais baixo do que Paulo;
- e) Débora é mais alta do que Paulo.

25. Considere o percurso representado parcialmente no sistema de coordenadas a seguir:



Ao percorrer um comprimento de 200 unidades ao longo desse percurso a partir da origem, o ponto final será:

- a) (84; 0)
- b) (85; 0)
- c) (85; 1)
- d) (86; 1)
- e) (86; 2)

26. Em uma seção do TRF1, trabalham 3 analistas e 5 técnicos. Nessa seção será criada uma equipe de trabalho que deve ser formada por 5 pessoas e deve conter, no mínimo, um analista. O número de equipes distintas que podem ser formadas é:

- a) 54
- b) 55
- c) 56
- d) 60
- e) 64

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE*André Rocha*

27. O artigo 225 da Constituição Federal do Brasil, inserido no Título VIII, que trata da Ordem Social, dispõe sobre a proteção do meio ambiente, estabelecendo-o como um direito de todos e um dever tanto do poder público quanto da coletividade. Tal dispositivo afirma que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Sobre as incumbências do poder público em relação à preservação ambiental, é correto afirmar que

- a) os biocombustíveis e o hidrogênio de baixa emissão de carbono deve ter regime fiscal favorecido, a fim de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis.
- b) a fauna e a flora devem ser preservadas, sendo vedadas práticas de exploração vegetal e animal no Brasil.
- c) são vedadas a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.
- d) em todas as unidades da Federação deve haver espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente por meio de ato do poder público, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- e) é incondizente com os preceitos constitucionais a existência de entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético ambiental brasileiro.

28. A Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), sendo um marco regulatório no Brasil

voltado para a mitigação dos impactos das mudanças climáticas e a promoção de ações de desenvolvimento sustentável. Essa legislação alinha o Brasil aos esforços globais para enfrentar os desafios climáticos, estabelecendo princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos voltados à redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e à adaptação às mudanças climáticas.

I – compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a proteção do sistema climático;

II - estratégias integradas de mitigação e adaptação à mudança do clima nos âmbitos local, regional e nacional;

III - estímulo ao desenvolvimento do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões - MBRE.

São objetivos da PNMC os indicados no(s) item(ns):

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

29. Joana, servidora do TRF-1 e estudiosa da área ambiental, foi convidada a fazer parte da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (PLS) daquele órgão, regrado pela Resolução CNJ nº 400/2021. Ao estudar a referida norma, Joana descobriu que a Comissão Gestora do PLS possui como uma de suas competências a de

- a) elaborar o PLS em conjunto com as unidades gestoras responsáveis pela execução do Plano.
- b) monitorar os indicadores e as metas do PLS.
- c) elaborar, em conjunto com as unidades gestoras responsáveis pela execução do PLS, as ações constantes do plano de ações e monitorá-las.
- d) sugerir tarefas e iniciativas às unidades para o alcance das metas do PLS e realização das ações propostas no plano de ações.
- e) elaborar relatório de desempenho anual do PLS.

30. O Município Alfa, de quinze mil habitantes, integrante de uma Região Metropolitana, nomeou a Engenheira Ambiental Andreia, aprovada em concurso público, para atuar na gestão dos resíduos sólidos do município.

Ao chegar na Prefeitura em seu primeiro dia de trabalho, Andreia ficou sabendo que o município ainda não havia implantado a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, embora houvesse plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e previsão de mecanismos de cobrança que garantam sua sustentabilidade econômico-financeira. Desse modo, tais materiais eram encaminhados para um lixão em vez de serem encaminhados a um aterro sanitário.

Ao perceber tal situação, Andreia foi no gabinete do Prefeito e informou-o, corretamente, que

- a) Como se trata de município com menos de vinte mil habitantes, a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implementada até 31 de dezembro de 2024.
- b) Por fazer parte de uma Região Metropolitana, haver plano de resíduos sólidos e mecanismos de cobrança que garantam sua sustentabilidade econômico-financeira, a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deveria ter sido implementada até 2 de agosto de 2021.
- c) Como se trata de município com menos de vinte mil habitantes, a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implementada até 2 de agosto de 2024.
- d) Por fazer parte de uma Região Metropolitana, haver plano de resíduos sólidos e mecanismos de cobrança que garantam sua sustentabilidade econômico-financeira, a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deveria ter sido implementada até 2 de agosto de 2024.
- e) Como se trata de município com menos de cinquenta mil habitantes, a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implementada até 2 de agosto de 2024.

31. O Decreto nº 10.936/2022 consolida e aprimora as diretrizes para a gestão integrada de resíduos sólidos em todo o território nacional, incluindo mecanismos para promover a logística reversa, a economia circular, a responsabilidade compartilhada e a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis. Ele detalha ainda os papéis e responsabilidades de diferentes atores no processo de gestão, como a União, Estados, Municípios, setor privado e sociedade civil.

Segundo o art. 30 do referido Decreto, na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos, será observada a seguinte ordem de prioridade:

- I - _____ de resíduos sólidos;
- II - _____ de resíduos sólidos;
- III - _____ de resíduos sólidos;
- IV - _____ de resíduos sólidos;
- V - tratamento de resíduos sólidos; e
- VI - disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

- a) Redução, Não geração, Reciclagem e Reúso.
- b) Reutilização, Não geração, Reciclagem e Redução.
- c) Não geração, Redução, Reutilização e Reciclagem.
- d) Não geração, Redução, Reciclagem e Reutilização.
- e) Não geral, Reciclagem, Reutilização e Redução.

32. André, servidor público do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, foi convidado pela presidência do TRF-1 para ministrar uma palestra sobre o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) para que uma possível parceria entre TRF-1 e MMA seja firmada no âmbito desse programa.

Ao receber o convite, André explicou, corretamente, que

- a) O programa A3P é de adesão voluntária e está estruturado em seis eixos temáticos.
- b) O acesso ao programa ocorre por meio de assinatura do Termo de Adesão à A3P, que possui duração de 10 (dez) anos.
- c) Em suas ações, a A3P tem priorizado como um de seus princípios a política dos 3 R's: Reproduzir, Reaproveitar e Reciclar.
- d) A A3P é um programa voltado ao setor público e privado e que busca incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da Administração das organizações.
- e) A A3P é um programa voltado para o Poder Executivo, não podendo ser aplicado em órgãos do Poder Judiciário, que já contam com as diretrizes de sustentabilidade preconizadas pela Resolução CNJ nº 400/2021.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

Géssica Ehle

33. A Agenda 2030 da ONU é um plano global que busca promover um mundo melhor para todos os povos e nações. A Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York, em setembro de 2015, com a participação de 193 estados membros, estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

De acordo com a Agenda 2030 da ONU, são objetivos de desenvolvimento sustentável:

- a) Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para a maioria dos cidadãos.
- b) Assegurar padrões de produção e de consumo condizentes com as possibilidades econômicas de cada Estado.
- c) Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas nos níveis mais baixos.
- d) Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- e) Tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, suprimindo os assentamentos humanos.

34. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. Nesse sentido, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos

- a) todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento sigiloso no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.
- b) não será imposta, ao praticante de ato delituoso, pena mais forte de que aquela que, no momento da prática, era aplicável.
- c) todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência abundante.
- d) Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica, podendo ser compelido a fazer parte de uma associação.
- e) O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes, vedando-se a prática da poligamia.

35. Quanto à pessoa com deficiência e à Lei Brasileira de Inclusão, é correto afirmar que:

- a) A pessoa com deficiência é sujeito de direitos e tem autonomia para decidir sobre sua vida. A tomada de decisão apoiada é uma alternativa à curatela, uma vez que também serve àquele que se encontra em incapacidade relativa.
- b) Indivíduos com deficiência são aqueles que apresentam limitações sensoriais, intelectuais ou cognitivas que, em conjunto com barreiras sociais, impedem sua plena participação na sociedade.
- c) A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação.
- d) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, contudo o direito de exercer guarda, tutela, curatela, ou de adotar alguém, poderá ser afetado pela deficiência.
- e) As pessoas jurídicas de direito privado estão dispensadas da obrigação de garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.

36. Considerando a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, (Lei de Acessibilidade), que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação, julgue as seguintes alternativas.

- a) Barreiras são qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, podendo ser classificada como barreiras ambientais.
- b) Barreiras arquitetônicas são aquelas existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.
- c) Barreiras urbanísticas é o conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação, de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos.
- d) Pessoa com mobilidade reduzida é aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso.
- e) Barreira na comunicação é qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.

37. A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social. Dessa forma,

- a) um projeto arquitetônico estará sujeito ao cumprimento de normas de acessibilidade apenas se possuir destinação pública.
- b) a concepção e a implantação de projetos que tratem, exclusivamente, sobre transporte público, tanto na zona urbana como na rural, devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade.
- c) o projeto e a construção de edificação de uso privado multifamiliar devem atender aos preceitos de acessibilidade, na forma regulamentar.
- d) a promoção da acessibilidade não é obrigatória em construções, reformas, ampliações ou mudanças de uso de edificações privadas de uso coletivo.
- e) a obtenção de empréstimo e de financiamento internacionais por entes públicos ou privados para a garantia da acessibilidade poderá ser empreendida a qualquer tempo, de modo independente, por cada ente federativo.

38. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Conforme dispõe a norma legal em questão, a pessoa com deficiência tem direito de receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de:

- a) tramitação de quaisquer processos judiciais, em todos os atos e diligências, e tal direito é extensivo ao seu acompanhante.
- b) recebimento de restituição de imposto de renda, e tal direito é extensivo ao seu acompanhante, ou ao seu atendente pessoal.
- c) prestação de serviços de emergência públicos e privados, e tal prioridade não pode ser condicionada aos protocolos de atendimento médico.
- d) acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis.
- e) disponibilização de recursos tecnológicos que garantam seu atendimento, ainda que em menor escala quando em comparado com as demais pessoas.

39. De acordo com a Lei nº 10.048/2000, as pessoas com deficiência, as pessoas com transtorno do espectro autista, as pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com criança de colo, os obesos, as pessoas com mobilidade reduzida e os doadores de sangue terão atendimento prioritário. Dessa forma:

- a) Os acompanhantes ou atendentes pessoais das pessoas prioritárias não serão atendidos juntamente aos titulares da prioridade.
- b) O atendimento prioritário poderá ser realizado mediante discriminação de postos, caixas, guichês, linhas ou atendentes específicos para esse fim.

c) Os veículos de transporte coletivo, produzidos a qualquer tempo, serão planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas portadoras de deficiência.

d) Empresas públicas de transporte coletivo e concessionárias têm a obrigação de reservarem assentos, devidamente identificados, apenas às pessoas com deficiência e às pessoas idosas.

e) Gestantes, lactantes, pessoas com criança de colo e pessoas com mobilidade reduzida serão isentas do pagamento de tarifas em transporte coletivo se devidamente identificadas.

40. Considere as seguintes situações:

I. Luiza, mãe de uma menina de 13 anos que tem deficiência auditiva, solicitou prioridade no recebimento de sua moradia por um programa habitacional do governo, afirmando carência de recursos.

II. Matheus, portador de transtorno do espectro autista, com a devida identificação, solicitou atendimento prioritário em uma instituição financeira privada

III. João, com dificuldade de locomoção, solicitou atendimento após o que estava em curso uma vez que a repartição pública não apresentava guichê prioritário.

Terão prioridade de atendimento, à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência e da Lei nº 10.048/2000,

- a) todos terão;
- b) I e II, apenas;
- c) II e III, apenas;
- d) I e III, apenas;
- e) I, apenas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO ADMINISTRATIVO***Herbert Almeida*

41. O prefeito de um município pequeno, ao inaugurar uma obra de grande importância para a cidade, decidiu colocar uma placa na entrada do local com seu nome e uma frase que dizia: “Obra realizada graças ao empenho e dedicação do prefeito João Silva, para o bem de todos os cidadãos”. A população do município, ao perceber o ato, questionou a legalidade dessa publicidade. Com base nos princípios constitucionais administrativos, é correto afirmar que:

- a) o ato está de acordo com o princípio da impessoalidade, uma vez que o nome do prefeito serve apenas para identificar a autoridade responsável pela execução da obra.
- b) o princípio da impessoalidade admite a promoção pessoal de autoridades públicas em obras, desde que a obra atenda ao interesse público de forma clara e tenha sido iniciada e concluída na gestão atual.
- c) a ação do prefeito viola o princípio da impessoalidade, que veda a promoção pessoal de autoridades, uma vez que os atos administrativos devem ser imputados ao ente público, e não ao agente.
- d) o princípio da impessoalidade impede qualquer menção à autoridade pública em qualquer ato administrativo, seja de forma direta ou indireta.
- e) a Constituição não faz qualquer menção à proibição de promoção pessoal em atos administrativos, desde que o agente público tenha contribuído significativamente para o projeto.

42. Carlos é servidor público federal e foi recentemente eleito vereador em seu município. Diante dessa situação, Carlos precisa decidir se continuará no cargo público e, se for o caso, como será sua remuneração. Com base nas disposições da Lei 8.112/90, sobre o exercício de mandato eletivo por servidores públicos, é correto afirmar que:

- a) Carlos deverá ser afastado de seu cargo público, uma vez que o mandato eletivo, em qualquer situação, exige o afastamento total do servidor.
- b) se houver compatibilidade de horários entre o cargo de vereador e o cargo público, Carlos poderá exercer ambos os cargos, percebendo as vantagens do cargo público sem prejuízo da remuneração de vereador.
- c) se Carlos optar por permanecer no cargo público, deverá abrir mão da remuneração do mandato eletivo, pois a Lei 8.112/90 veda a acumulação de remunerações.
- d) ao ser eleito vereador, Carlos perderá automaticamente o direito de optar pela remuneração do cargo público, sendo obrigado a se afastar do cargo público sem receber remuneração.
- e) mesmo havendo incompatibilidade de horários entre os dois cargos, Carlos poderá continuar exercendo ambos, bastando que abra mão de uma das remunerações.

43. Joana é uma servidora pública que tomou posse no cargo de analista no início do ano. Contudo, após um ano de exercício, ela não apresentou a atualização anual da sua declaração de bens e rendimentos à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, conforme exigido pela Lei de Improbidade Administrativa. Ao ser notificada, Joana argumentou que a ausência dessa atualização foi um simples esquecimento, e que não via relevância em tal exigência, já que, segundo ela, seus bens não haviam mudado desde sua posse. Com base nas disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), é correto afirmar que:

- a) Joana poderá ser demitida se não prestar a declaração de bens no prazo determinado.
- b) Joana não poderá ser demitida, já que não houve alteração em seus bens desde a última declaração, e a exigência da lei se aplica apenas em casos de mudança patrimonial.
- c) a não apresentação da declaração de bens no prazo determinado gera advertência, sendo a demissão aplicada somente em caso de enriquecimento ilícito comprovado.
- d) Joana poderá regularizar sua situação a qualquer tempo, pois a Lei não estipula prazo rígido para a atualização da declaração de bens.
- e) a apresentação da declaração de bens é opcional, sendo exigida apenas em casos de apuração de enriquecimento ilícito.

44. Determinado chefe do Executivo decide, por meio de decreto, conceder autorização para a realização de evento cultural anual na praça principal da cidade. O ato foi considerado válido e foi emitido em conformidade com todas as exigências legais, sendo de natureza discricionária. Contudo, meses após a concessão da autorização, um novo gestor assume o cargo e entende que o evento cultural não é mais conveniente para o interesse público local, especialmente devido a novas diretrizes de políticas públicas focadas em preservar a tranquilidade do espaço público. Diante disso, o novo prefeito revoga a autorização concedida. Com base nos conceitos sobre revogação de atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) a revogação da autorização pelo novo prefeito foi ilegal, pois o ato anterior não apresentava vício de legalidade.
- b) o ato de revogação é nulo, pois o Poder Judiciário deveria ter sido consultado antes da revogação de qualquer ato discricionário da Administração.
- c) o ato de revogação somente pode produzir efeitos *ex tunc*, de modo que todos os efeitos anteriores da autorização também foram desfeitos.
- d) a revogação foi legítima, pois o ato anterior era discricionário e a conveniência e oportunidade da manutenção do evento podem ser reavaliadas pela Administração.
- e) a revogação de um ato administrativo só pode ser realizada em atos vinculados, uma vez que esses não envolvem juízo de mérito.

45. João, cidadão que deseja regularizar a situação de um imóvel de sua propriedade, encaminhou requerimento para a Secretaria de Urbanismo de sua cidade, solicitando a análise e aprovação do projeto. No entanto, ele esqueceu de indicar o endereço do imóvel no requerimento e não anexou cópia de sua identidade. O servidor responsável pelo atendimento informou a João de que o pedido não seria aceito, devido à falta de alguns documentos essenciais, mas não motivou o ato nem indicou exatamente quais seriam os documentos faltantes. João argumentou que deveria ao menos ter recebido orientações para corrigir as falhas no pedido. Com base nos princípios e disposições da Lei nº 9.784/99, assinale a alternativa correta:

- a) a Secretaria agiu corretamente ao recusar o recebimento do requerimento de João, já que o pedido não estava completo e faltavam documentos essenciais.
- b) o servidor deveria ter aceitado o pedido de João, independentemente das falhas, uma vez que a Lei nº 9.784/99 não exige que o requerimento inicial seja completo.
- c) a Secretaria poderia recusar o pedido de João apenas se lhe oferecesse um modelo padronizado para o requerimento que suprisse as falhas encontradas.
- d) a recusa do servidor foi indevida, pois ele deveria ter orientado João sobre as falhas no requerimento e possibilitado a correção, conforme previsto na Lei nº 9.784/99.
- e) o requerimento de João deveria ser aceito sem questionamentos, já que a Administração não pode, em nenhuma hipótese, recusar pedidos de cidadãos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

46. João, morador de uma cidade no interior do Brasil, foi processado por um artigo que publicou em seu blog, no qual criticava duramente a administração pública local, afirmando que o prefeito e sua equipe estavam envolvidos em práticas de corrupção. O prefeito entrou com uma ação por danos morais, alegando que as críticas de João são infundadas e afetaram sua reputação. João, por sua vez, argumenta que estava exercendo seu direito constitucional de liberdade de expressão.

Com base nos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre o caso

- a) João está sujeito à condenação por danos morais, uma vez que a Constituição garante a proteção à honra e à imagem das pessoas, inclusive de agentes públicos, sendo vedado qualquer tipo de crítica a essas autoridades.
- b) João pode ser responsabilizado por danos morais, pois a liberdade de expressão é limitada pela necessidade de comprovar as acusações contra o prefeito antes de manifestá-las, uma vez que críticas infundadas violam o direito à honra.
- c) João não pode ser processado, pois a liberdade de expressão é um direito absoluto garantido pela Constituição, prevalecendo sobre quaisquer outros direitos individuais, incluindo a honra.
- d) João está protegido pelo direito à liberdade de manifestação do pensamento, mas pode ser responsabilizado por danos morais se ficar comprovado que suas afirmações são falsas e ofensivas, pois a liberdade de expressão não é um direito absoluto.
- e) João pode ser processado, pois a Constituição Federal não prevê a liberdade de expressão como um direito amplo e irrestrito, especialmente quando envolve agentes públicos e figuras políticas, pois a imagem deles prevalece sobre a liberdade de expressão.

47. Carlos foi preso em flagrante por um crime de pequeno potencial ofensivo. No momento da prisão, a autoridade policial negou-lhe o direito de comunicar o fato à sua família e de acessar um advogado, alegando que ele deveria permanecer incomunicável até o fim da investigação, para evitar que atrapalhasse a coleta de provas. Diante dessa situação, Carlos entrou com uma ação judicial alegando a violação de seus direitos fundamentais.

Com base nos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta

- a) A autoridade policial agiu corretamente ao impedir a comunicação de Carlos, pois o interesse da investigação justifica a restrição temporária ao direito de comunicação do preso.
- b) Carlos tem o direito de permanecer incomunicável durante o período de investigação, desde que não ultrapasse 48 horas, conforme prevê o artigo 5º da Constituição Federal.
- c) A Constituição Federal assegura a todos os presos o direito à comunicação com seus familiares e advogados, sendo vedada a incomunicabilidade em qualquer circunstância.
- d) A autoridade policial pode manter Carlos incomunicável durante as primeiras 24 horas da prisão, se isso for necessário para a preservação da investigação criminal.
- e) A comunicação com familiares pode ser negada pela autoridade policial, mas o direito de acesso a um advogado deve ser sempre garantido.

48. Ana é servidora pública e, por convicção religiosa, se recusa a trabalhar aos sábados, alegando que esse é um dia sagrado de sua fé. A administração pública, por sua vez, afirma que a presença dela no serviço aos sábados é obrigatória, visto que sua função exige plantões semanais, inclusive aos fins de semana. Ana foi advertida por não comparecer ao trabalho em mais de uma ocasião. Sobre o caso e com base nas normas previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Ana tem o direito absoluto de se recusar a trabalhar aos sábados por motivo de crença religiosa e não pode sofrer nenhuma sanção administrativa ou judicial por isso.
- b) Ana tem direito à escusa de consciência por motivo de crença religiosa, mas deve arcar com as consequências legais, como a substituição de sua função ou compensação de horários.
- c) A escusa de consciência por motivo religioso não se aplica a servidores públicos, pois estes devem seguir as normas de funcionamento da administração pública, independentemente de suas convicções pessoais.
- d) Ana não tem direito à escusa de consciência, pois o artigo 5º, inciso VIII, só prevê essa possibilidade em caso de convocação para o serviço militar obrigatório.
- e) A administração pública pode obrigar Ana a trabalhar aos sábados, já que as convicções religiosas não podem interferir no regular funcionamento dos serviços essenciais à coletividade.

49. Lucas nasceu na França, filho de pais brasileiros que estavam no país a trabalho pela empresa que trabalhavam no Brasil. Após alguns anos, a família retornou ao Brasil, onde Lucas passou a viver e estudar. Ao atingir a maioridade, Lucas desejou saber sua situação jurídica em relação à sua nacionalidade, uma vez que nasceu fora do Brasil, mas seus pais são brasileiros. Sobre o caso, assinale a alternativa correta

- a) Lucas não é brasileiro nato, pois nasceu no exterior e só pode obter a nacionalidade brasileira mediante naturalização.
- b) Lucas é considerado brasileiro nato, pois, embora tenha nascido no exterior, é filho de brasileiros que estavam a serviço do governo brasileiro.
- c) Lucas é estrangeiro, mas pode se tornar brasileiro nato, a qualquer tempo, se optar pela nacionalidade brasileira.
- d) Lucas não pode ser considerado brasileiro nato, pois somente filhos de brasileiros nascidos no Brasil têm essa condição automaticamente assegurada pela Constituição.
- e) Lucas é considerado brasileiro naturalizado, pois nasceu no exterior, e a Constituição não prevê a atribuição de nacionalidade brasileira aos filhos de brasileiros nascidos fora do país.

50. O Estado de São Pedro, um dos entes da federação brasileira, decidiu aprovar uma lei estadual para regulamentar a criação de novas regras eleitorais para a escolha de vereadores e prefeitos em seu território. O governador argumenta que, por ser uma unidade federativa autônoma, o Estado tem competência para legislar sobre essa matéria. Diversos partidos políticos ingressaram no Supremo Tribunal Federal (STF) alegando que a referida lei é inconstitucional.

Com base na Organização Político-Administrativa prevista na da Constituição Federal, assinale a alternativa correta

- a) O Estado de São Pedro pode legislar sobre regras eleitorais municipais, pois a Constituição Federal reconhece a autonomia dos estados e municípios para organizarem suas próprias eleições.
- b) O Estado de São Pedro não pode legislar sobre normas eleitorais, pois essa competência é exclusiva da União, conforme previsto na Constituição Federal.
- c) A competência para legislar sobre questões eleitorais municipais é concorrente entre a União, os Estados e os Municípios, sendo permitido ao Estado suplementar a legislação da União.
- d) O Estado de São Pedro pode criar regras eleitorais para seus municípios, desde que tais regras não entrem em conflito com a legislação federal já existente.
- e) A Constituição Federal permite aos estados legislar sobre eleições municipais quando não houver uma lei federal que trate da matéria.

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Lilian Novakoski

51. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, prevendo expressamente que é atendente pessoal a pessoa:

- a) membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas
- b) aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.
- c) pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas
- d) membro ou não da família, que, com remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas
- e) a pessoa que acolhe a pessoa com deficiência em suas necessidades

52. Socorro, pessoa com deficiência intelectual oculta, se dirigiu até sua agência bancária para realizar operações de seu interesse com cordão de girassóis, símbolo que a identifica como uma pessoa com deficiência oculta. Com relação ao atendimento e prioridade, julgue:

- I – O uso do cordão dispensa qualquer exigência de comprovação da condição de pessoa com deficiência.
- II - A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público.
- III - A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário conforme a legislação, sendo estes direitos extensivos ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal.

Está correto o que se afirma em:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) II e III
- e) Todas estão corretas

53. O Estatuto da Pessoa com Deficiência prevê sobre a inclusão no mercado de trabalho, prevendo que constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho. Dentre as diretrizes sobre a colocação competitiva, não se inclui:

- I - Prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com maior dificuldade de inserção no campo de trabalho
- II - Respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência apoiada
- III - Oferta de aconselhamento e de apoio aos empregadores, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, excluídas as atitudinais, por respeito ao direito fundamental de liberdade de expressão
- IV - Realização de avaliações de capacidade laborativa periódicas

Está correta a alternativa:

- a) I e IV
- b) II, III e IV
- c) III e IV
- d) IV
- e) III

DIREITO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR

Paulo Sousa

54. João, uma figura pública, teve fotos íntimas divulgadas sem seu consentimento em uma rede social por um hacker, resultando em grave dano à sua reputação e privacidade. João decide entrar com uma ação judicial para proteger seus direitos da personalidade, buscando a retirada do conteúdo da internet e reparação pelos danos sofridos. Com base no caso acima, assinale a alternativa correta sobre os direitos da personalidade no Direito Civil
- a) Os direitos da personalidade são disponíveis, ou seja, João pode abrir mão de seu direito à imagem caso queira.
 - b) João não pode pedir indenização por danos morais, uma vez que a divulgação foi feita por um hacker e não diretamente pela rede social.
 - c) João poderá requerer a exclusão do conteúdo da rede social e indenização pelos danos morais e materiais sofridos, pois o direito à imagem e à privacidade são direitos da personalidade protegidos pela Constituição e pelo Código Civil.
 - d) O direito à imagem é absoluto, portanto, nenhuma pessoa pode utilizar a imagem de João, mesmo com seu consentimento expresso.
 - e) A rede social é solidariamente responsável pelo conteúdo divulgado, devendo indenizar João independentemente de ter colaborado ou não com o hacker.

55. Joana, uma empresária bem-sucedida, decide destinar parte de seu patrimônio para a criação de uma fundação com o objetivo de promover a educação infantil em comunidades carentes. Ela deseja que a fundação tenha duração ilimitada e que seu patrimônio inicial seja aplicado de maneira sustentável para garantir a continuidade das atividades filantrópicas. No entanto, Joana não está familiarizada com os requisitos legais e deseja saber como formalizar a criação da fundação de acordo com o Direito Civil brasileiro.

Com base nas disposições sobre fundações no Código Civil brasileiro, assinale a alternativa correta

- a) Joana pode criar a fundação por meio de um contrato privado entre as partes interessadas, sem necessidade de qualquer autorização ou intervenção estatal.
- b) Para a criação de uma fundação, é necessário um patrimônio inicial suficiente e uma escritura pública ou testamento, além de aprovação do Ministério Público para verificar a adequação dos fins propostos.
- c) O patrimônio da fundação pode ser utilizado livremente para fins diversos ao longo do tempo, desde que a maioria dos diretores aprove o uso alternativo.
- d) A fundação pode ter fins lucrativos, desde que os lucros sejam reinvestidos nas atividades sociais por pelo menos 50% do montante obtido.
- e) O instituidor da fundação pode, a qualquer momento, retirar os bens e patrimônio destinados a ela, caso julgue necessário, independentemente da existência de outros interessados.

56. A empresa "ABC Ltda." está enfrentando um processo judicial movido por um de seus credores, que não conseguiu satisfazer seu crédito devido à falta de patrimônio da empresa. Durante o processo, ficou comprovado que os sócios de "ABC Ltda." usaram os recursos da empresa para pagar despesas pessoais e transferiram parte dos ativos da sociedade para outra empresa da qual também são sócios, com o objetivo de evitar a quitação das dívidas. De acordo com as disposições do Código Civil, é correto afirmar que

- a) A desconsideração da personalidade jurídica só pode ser aplicada em casos de dissolução da empresa.
- b) A desconsideração da personalidade jurídica é automática sempre que uma empresa não tiver patrimônio suficiente para quitar suas dívidas.
- c) A desconsideração da personalidade jurídica pode ser aplicada quando houver abuso da personalidade jurídica, caracterizado por desvio de finalidade ou confusão patrimonial entre a empresa e seus sócios.
- d) A desconsideração da personalidade jurídica permite que o credor tenha acesso direto ao patrimônio pessoal dos sócios, independentemente da demonstração de qualquer irregularidade na administração da empresa.
- e) A desconsideração da personalidade jurídica pode ser utilizada como um mecanismo preventivo, antes de qualquer problema financeiro da empresa, para garantir que os credores não tenham prejuízo futuro.

57. Carlos, um microempreendedor individual (MEI), comprou um lote de 10 notebooks de uma empresa de tecnologia para equipar o seu pequeno escritório. Após a compra, ele descobriu que os equipamentos apresentavam defeitos de fabricação. Ao tentar resolver o problema com a empresa vendedora, Carlos foi informado de que, por ser um empresário, ele não poderia ser considerado um consumidor nos termos do Código de Defesa do Consumidor (CDC). Insatisfeito, ele decide ajuizar uma ação com base na legislação consumerista, buscando a reparação dos danos sofridos.

Com base nas disposições do Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta

- a) Carlos não pode ser considerado consumidor, já que adquiriu os notebooks para uso em sua atividade empresarial, sendo aplicáveis apenas as regras de direito empresarial.
- b) A empresa vendedora não pode ser considerada fornecedora, pois Carlos comprou os produtos diretamente da fábrica, e não de uma loja de varejo.
- c) Carlos será considerado consumidor, pois, embora seja empresário, adquiriu os notebooks como destinatário final, o que caracteriza a relação de consumo nos termos do Código de Defesa do Consumidor.
- d) O Código de Defesa do Consumidor não se aplica a microempreendedores, pois eles são considerados fornecedores em todas as suas aquisições, independentemente da finalidade.
- e) O CDC só protege pessoas físicas, portanto Carlos não pode ser considerado consumidor por ser um empresário.

58. Maria adquiriu uma geladeira de uma grande rede de eletrodomésticos, mas após dois meses de uso o produto começou a apresentar vícios, como mau funcionamento da parte de refrigeração e ruídos excessivos. Maria entrou em contato com o fabricante, que se comprometeu a enviar uma assistência técnica autorizada para realizar os reparos. No entanto, após três tentativas de conserto, o problema persistiu. Diante dessa situação, Maria solicita a substituição da geladeira, mas o fabricante alega que já tomou todas as providências necessárias, sugerindo que ela aguarde mais um tempo para nova tentativa de reparo.

Com base nas normas do Código de Defesa do Consumidor sobre a qualidade de produtos e serviços, assinale a alternativa correta

- a) Maria poderia solicitar, imediatamente, a substituição do produto por outro em perfeitas condições, sem necessidade de esperar qualquer prazo para a resolução do problema.
- b) O fabricante está correto ao insistir nos reparos, pois, segundo o CDC, o consumidor é obrigado a aceitar até cinco tentativas de conserto antes de poder exigir substituição ou reembolso.
- c) Maria só poderá exigir a troca da geladeira se o defeito comprometer a segurança do produto, sendo problemas de funcionamento classificados apenas como vícios redibitórios sem direito à substituição.
- d) Se o produto apresentar um defeito, o consumidor deve aguardar o fabricante realizar os reparos, sem possibilidade de exigir abatimento no preço ou reembolso, mesmo após múltiplas tentativas de conserto.
- e) O CDC estabelece que o consumidor, como Maria, pode exigir a substituição do produto por outro, a devolução do valor pago ou o abatimento proporcional do preço, caso o vício não seja sanado no prazo de 30 dias.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

59. Em determinado processo físico movido em desfavor da União foi prolatada sentença de improcedência. Constava nos autos a ciência pelo advogado particular da parte autora acerca da sentença, mediante cota nos autos. Ato contínuo, foi lançada certidão com a expressão "sem efeito" sobre a referida cota e não houve qualquer certidão de retirada dos autos, sendo que a publicação da sentença na imprensa oficial ocorreu somente depois de decorridas algumas semanas da certidão de "sem efeito". 10 dias úteis depois da intimação via publicação na imprensa oficial, o autor apresentou a sua apelação, que foi reputada intempestiva pelo Tribunal, vez que o relator entendeu que a contagem deveria começar a contar da cota lançada nos autos. Acerca da referida situação, assinale a alternativa correta:

- a) Os atos praticados pelos serventuários da Justiça gozam de fé pública e presunção de veracidade, devendo permanecer válidos enquanto não houver declaração de nulidade, a qual poderá prejudicar a parte de boa-fé.
- b) A decisão do Tribunal pela intempestividade foi correta, uma vez que o prazo deveria ter sido contado da cota lançada nos autos.
- c) Os princípios da lealdade processual e da confiança não se aplicam aos serventuários da justiça.
- d) O advogado tinha legítima expectativa de que o ato do serventário ocorreu de forma válida, devendo o prazo da apelação ser contado a partir da publicação na imprensa oficial.
- e) Ainda que tivesse ocorrido a carga dos autos, o prazo deveria ter iniciado com a publicação na imprensa oficial.

60. John, estrangeiro, pretende ajuizar ação indenizatória em desfavor da União. Ao consultar o seu advogado particular, no entanto, foi informado da necessidade de recolhimento de custas para

ingressar com o processo ou da necessidade de apresentar declaração de hipossuficiência para concessão da gratuidade. Sobre os limites e características da referida gratuidade, assinale a alternativa correta:

- a) A concessão de gratuidade afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
- b) Por ser estrangeiro, John não poderá ter o seu pleito de gratuidade deferido.
- c) Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.
- d) A assistência do requerente por advogado particular impede a concessão de gratuidade da justiça.
- e) A concessão de gratuidade afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.

61. A União ajuizou ação indenizatória em face de Carlos, residente em Boa Vista – RR. Após o ajuizamento da ação no domicílio do réu, Carlos – já tendo apresentado a sua contestação –, se mudou para Macapá – AP. Diante da situação narrada e do que dispõe o Código de Processo Civil a respeito do tema, assinale a alternativa correta:

- a) Determina-se a competência no momento da citação do réu.
- b) A ação deveria ter sido ajuizada no domicílio do autor, uma vez que se trata de ente federado.
- c) As modificações do estado de fato ou de direito ocorridos posteriormente são irrelevantes, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- d) O foro competente para a referida ação é concorrente, podendo a União ajuizá-la tanto no domicílio do autor, quanto do réu.
- e) Considerando que Carlos mudou de cidade, deverá haver o declínio para Macapá-AP.

62. Paulo, servidor público federal, ajuizou ação indenizatória em desfavor da União, pleiteando o reconhecimento de determinada verba salarial, com valor da causa de R\$ 250.000,00. Devidamente citada, a União apresentou a sua contestação. Antes da intimação para a réplica, o juízo constatou que o único advogado de Paulo estaria com a sua inscrição na Ordem de Advogados cancelada. Na referida situação, deverá o juiz:

- a) Prosseguir com o feito, uma vez que a mera irregularidade de representação não pode impedir o acesso à justiça.
- b) Determinar a revelia de Paulo.
- c) Extinguir o processo de plano.
- d) Suspender o processo e designar prazo razoável para que seja sanado o vício.
- e) Conceder o prazo de 15 (quinze) dias para que seja sanado o vício, sem suspensão do processo.

63. Paula pretende ingressar com ação em desfavor da União Federal, com o objetivo de receber a quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a título de dano moral. Para tanto, consultou o seu advogado acerca da possibilidade de ingressar com a ação no âmbito do Juizado Especial Federal Cível. Segundo dispõe a lei 10.259/2001, compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até:

- a) 30 (trinta) salários-mínimos, motivo pelo qual a referida ação não deve ser ajuizada perante o Juizado Especial Federal.
- b) 20 (vinte) salários-mínimos, motivo pelo qual a referida ação não deve ser ajuizada perante o Juizado Especial Federal.
- c) 60 (sessenta) salários-mínimos. Apesar disso, não compete aos Juizados Especiais Federais Cíveis o julgamento de ação de indenização por danos morais.
- d) 60 (sessenta) salários-mínimos, sendo perfeitamente possível o julgamento da referida ação por um Juizado Especial Federal.

- e) 10 (dez) salários-mínimos, motivo pelo qual a referida ação não deve ser ajuizada perante o Juizado Especial Federal.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Renan Araújo

64. Acerca da lei penal no tempo, analise as assertivas a seguir:

- I – Conforme entendimento predominante do STJ, caso haja superveniência de lei penal que ao mesmo tempo traga benefícios e prejuízos ao agente, não será possível ao Juiz realizar a combinação de leis penais, de forma a aplicar ao agente, de forma retroativa, apenas os aspectos benéficos da nova lei.
- II – A revogação de um tipo penal importa *abolitio criminis* quando a conduta ali prevista passa a integrar outro tipo penal.
- III – Medidas Provisórias podem criminalizar condutas e estabelecer sanções penais, excepcionalmente, conforme entendimento do STF.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I
- b) I e II
- c) II
- d) II e III
- e) III

65. Joaquim praticou, no dia 17.04.2024, fato tipificado como crime de lesão corporal grave (art. 129, §1º do CP), em tese praticado contra um funcionário público federal no exercício da função. Porém, restou comprovado por perícia médica que o infrator, ao tempo do fato, não era totalmente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, por conta de perturbação de saúde mental. Nesse caso, é correto afirmar que Joaquim:

- a) não será isento de pena, mas terá sua pena reduzida de um a dois terços, podendo ser substituída por medida de segurança.
- b) será isento de pena, mas receberá medida de segurança.
- c) será considerado semi-imputável, com imposição necessária de medida de segurança.
- d) terá sua pena reduzida de um sexto a um terço.
- e) será considerado inimputável, sem imposição de medida de segurança, dada a ausência de periculosidade.

66. Eduardo, funcionário público do INSS (autarquia federal), ocupante de função de direção, foi denunciado pelo crime de peculato (art. 312 do CP), por supostamente ter se apropriado de valores dos quais tinha a posse em razão do cargo. Ao aplicar a pena, o Juiz fixou a pena-base em 02 anos. Diante da ausência de agravantes e atenuantes, não houve alteração na segunda fase da dosimetria da pena. Todavia, na terceira e última fase, o Juiz majorou a pena em um terço, por ser Eduardo ocupante de função de direção, na forma do art. 327, §2º do CP, aplicando uma pena final de 02 anos e 08 meses de reclusão e 60 dias-multa. Determinou, ainda, como efeito secundário da condenação, a perda do cargo público. Tendo em conta o caso narrado, assinale a alternativa correta:

- a) Agiu incorretamente o magistrado ao aplicar a majorante do art. 327, §2º do CP, bem como ao determinar a perda do cargo público, pois a pena fixada não ultrapassa 04 anos.

- b) Agiu incorretamente o magistrado ao aplicar a majorante do art. 327, §2º do CP, mas foi adequada a aplicação do efeito secundário de perda do cargo público.

- c) Agiu corretamente o magistrado ao aplicar a majorante do art. 327, §2º do CP, bem como foi adequada a aplicação do efeito secundário de perda do cargo público.

- d) Agiu corretamente o magistrado ao aplicar a majorante do art. 327, §2º do CP, mas agiu incorretamente ao determinar a perda do cargo público, pois a pena fixada não ultrapassa 04 anos.

- e) Agiu corretamente o magistrado ao aplicar a majorante do art. 327, §2º do CP, mas agiu incorretamente ao determinar a perda do cargo público, pois se trata de efeito automático da condenação, sendo desnecessária sua previsão expressa na sentença.

67. Rubens, reincidente em crime doloso (condenação anterior por crime de furto), mas portador de circunstâncias judiciais favoráveis, foi condenado pela prática do crime de extorsão a uma pena de 04 anos de reclusão e multa.

Atento ao caso narrado, assinale a alternativa correta:

- a) poderá ser fixado o regime inicial semiaberto, sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

- b) poderá ser fixado o regime inicial aberto, sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

- c) deverá ser fixado o regime inicial fechado, não sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

- d) deverá ser fixado o regime inicial fechado, sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

- e) poderá ser fixado o regime inicial semiaberto, não sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

68. Acerca dos crimes em licitações e contratos administrativos, é correto afirmar que:

- a) A revogação dos tipos penais previstos na Lei 8.666/93 gerou *abolitio criminis* no que tange às condutas ali tipificadas.
- b) Em todos os tipos penais relativos a licitações e contratos administrativos (arts. 337-E a 337-O do CP) há previsão de pena de multa, cominada cumulativamente com a pena de prisão.
- c) Conforme jurisprudência do STJ, a consumação do crime de contratação direta ilegal (art. 337-E do CP) dispensa a demonstração do dolo específico de causar dano ao erário.
- d) O crime de frustração do caráter competitivo de licitação (fraude à licitação), tipificado no art. 337-F do CP, é considerado crime material, exigindo a ocorrência de efetivo prejuízo ao erário para sua consumação.
- e) Configura crime em licitações e contratos administrativos a conduta de impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial.

69. Acerca da consumação, da tentativa e dos institutos correlatos, assinale a alternativa correta:

- a) Pune-se o crime tentado sempre com a pena relativa ao crime consumado, reduzida de um a dois terços.
- b) A desistência voluntária e o arrependimento eficaz geram exclusão da ilicitude da conduta.
- c) A espontaneidade não é pressuposto para a caracterização da desistência voluntária.
- d) O arrependimento posterior gera redução de pena de um a dois terços, devendo ser concedido o benefício na fração mínima em caso de reparação parcial do dano.
- e) A cogitação, como regra, não é punível, salvo quando configurar tipo penal autônomo.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Antônio Pequeno

70. De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, assinale a alternativa incorreta.

- a) As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.
- b) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.
- c) Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada.
- d) As responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, não se podendo mais questionar sobre a existência ou a autoria do fato quando essas questões tenham sido decididas no juízo criminal.
- e) Não faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

71. Dois indivíduos praticaram uma injúria racial contra um servidor público federal do TRF1ª. Com base nessa situação hipotética e de acordo com a Lei nº 7716/1989, marque a alternativa correta que traga a causa de aumento de pena para a injúria racial praticada em concurso de pessoas.

- a) 1/3
- b) 1/6
- c) 1/2
- d) 2/3
- e) 1/4

72. Epaminondas, vulgo Zé do serrote, foi condenado pelo crime de constituição de milícia privada (art.288-A, do CP) pelo fato ocorrido no dia 12/12/2023.É importante ressaltar que ele é reincidente específico em crimes dessa natureza. Com base na situação hipotética e de acordo com a Lei de Execução Penal, marque a alternativa correta que traga o percentual adequado para fins do preenchimento do requisito objetivo para a progressão de regime:

- a) 50%
- b) 40%
- c) 60%
- d) 70%
- e) 30%

73. Segundo a Lei nº 8.072/1990, com suas alterações, é considerado hediondo o seguinte crime, consumado ou tentado:

- a) favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual
- b) roubo qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum
- c) extorsão mediante sequestro somente na forma qualificada
- d) roubo circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima (art. 157, § 2º, inciso V, do Código Penal)
- e) Furto qualificado pelo rompimento ou destruição de obstáculo.

74. De acordo com a Lei nº 9.455/1997 (e suas alterações), que define os crimes de tortura, assinale a alternativa incorreta.

- a) Constitui crime de tortura constranger alguém, com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação racial ou religiosa
- b) Na mesma pena do delito de tortura incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por

intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

- c) Se o crime de tortura for perpetrado por agente público, a pena será aumentada na metade
- d) A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada
- e) Constitui crime de tortura constranger alguém, com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

75. Ronaldo está sendo processado pela prática de crime de roubo. Durante o trâmite do inquérito policial, entra em vigor determinada lei, reduzindo o número de testemunhas possíveis de serem arroladas pelas partes no procedimento ordinário.

A respeito do caso descrito, é correto que

- a) não se aplica a lei nova ao processo de Ronaldo em razão do princípio da anterioridade.
- b) a lei que irá reger o processo é a lei do momento em que foi praticado o crime, à vista do princípio *tempus regit actum*.
- c) em razão do sistema da unidade processual, pelo qual uma única lei deve reger todo o processo, a lei velha continua ultra-ativa e, por isso, não se aplica a nova lei, mormente por ser esta prejudicial em relação aos interesses do acusado.
- d) não se aplica a lei revogada ao processo de Ronaldo em razão do princípio da reserva legal.
- e) o ato processual será realizado conforme as regras processuais estabelecidas pela Lei que vigorar no momento de sua realização, ainda que outra Lei tenha entrado em vigor durante o processo.

76. Aline, Cátia e Luan sofreram lesões corporais. Sabe-se que a agressão sofrida por Aline resultou de violência doméstica o que não ocorreu com Cátia. Por outro lado, Luan, pessoa com deficiência, sofreu suas lesões em razão de discriminação por sua condição física. Levando-se em consideração o caso narrado e as disposições do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Os três deverão ser submetidos à perícia de exame corpo de delito, sendo que Aline e Cátia pertencem ao grupo prioritário.
- b) Não há necessidade de exame de corpo de delito, tendo em vista que a confissão dos acusados o supre.
- c) Os três deverão ser submetidos ao exame de corpo de delito, sendo prioritários os exames de Aline e Luan.
- d) Todos deverão ser submetidos à exame de corpo de delito, não havendo, todavia, nenhuma prioridade.
- e) Luan e Cátia terão prioridade na realização do exame de corpo de delito.

77. Gustavo, um funcionário público encarregado da fiscalização de trânsito, parou um carro antigo e em estado bastante avariado, que estava com a documentação em situação irregular, na movimentada Avenida Central da cidade. Após uma breve inspeção, sussurrou ao motorista que uma “ajuda” financeira de R\$ 1000,00 poderia fazer a suposta infração desaparecer. O motorista, não dispondo de tal quantia, combinou a entrega para o dia seguinte, no mesmo horário e local. Na hipótese acima descrita, é correto afirmar que:

- a) Gustavo poderá ser preso em flagrante no dia seguinte, durante a entrega da quantia.
- b) Em caso de prisão em flagrante, o delegado de polícia poderá conceder fiança.
- c) É possível a prisão em flagrante de Gustavo no momento da entrega da quantia, no dia seguinte, por se tratar de hipótese de flagrante esperado.

d) Se o motorista fosse um adolescente, este não poderia prender o funcionário público em flagrante no momento da solicitação.

e) A vítima poderia ter prendido Gustavo em flagrante no momento da solicitação.

78. Em relação ao procedimento comum no processo penal, julgue os itens a seguir, e indique a alternativa correta.

a) O procedimento comum será apenas ordinário ou sumário.

b) O procedimento comum será ordinário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

c) O procedimento comum será sumário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

d) O procedimento sumaríssimo é considerado especial, aplicável para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.

e) Não se aplicam subsidiariamente aos procedimentos especial, sumário e sumaríssimo as disposições do procedimento ordinário.

79. De acordo com o procedimento do júri é correto afirmar que:

- a) O acusado não tem legitimidade para requerer o desaforamento.
- b) O jurado que tiver integrado o Conselho de Sentença nos seis meses que antecederem à publicação da lista geral fica dela excluído.
- c) Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá apelação.
- d) Se houver indícios de autoria ou de participação de outras pessoas não incluídas na acusação, o juiz, ao pronunciar ou impronunciar o acusado, fará a remessa necessária para o tribunal de justiça respectivo.
- e) Não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz, fundamentadamente, absolverá sumariamente o acusado.

80. Acerca do *habeas corpus*, julgue os itens a seguir.

- I - Não cabe *habeas corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- II - Não se conhece de recurso de *habeas corpus* cujo objeto seja resolver sobre o ônus das custas, por não estar mais em causa a liberdade de locomoção.
- III - Não cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas o item I é verdadeiro.
- b) Apenas o item II é verdadeiro.
- c) Apenas o item III é verdadeiro.
- d) Todos os itens são falsos.
- e) Todos os itens são verdadeiros.

Discursiva

A Responsabilidade Coletiva na Preservação do Meio Ambiente: o Combate às Queimadas e a Preservação da Natureza no Brasil

As queimadas, especialmente na Amazônia e no Cerrado, têm sido uma questão ambiental crítica no Brasil, causando devastação em larga escala. Além de prejudicar a biodiversidade e alterar os ecossistemas, esses incêndios contribuem para o aumento das emissões de gases de efeito estufa e comprometem a saúde das populações locais. Diante desse cenário, surgem debates sobre a responsabilidade tanto do governo quanto da sociedade na preservação da natureza e no combate a essas práticas destrutivas.

Considerando o papel dos governantes na formulação de políticas públicas eficazes, bem como a conscientização e o engajamento da sociedade civil, discuta como a preservação do meio ambiente e o combate às queimadas podem ser mais eficazes no Brasil. Avalie as ações de preservação já adotadas e sugira medidas para um futuro sustentável.

Instruções:

- A discussão deve abordar a responsabilidade dos governantes na criação e implementação de políticas ambientais eficazes.
- Avalie o papel da sociedade na preservação da natureza e no combate às queimadas.
- Proponha soluções para a redução das queimadas e para a preservação dos ecossistemas ameaçados no Brasil.

Desenvolva sua argumentação com base em dados, exemplos e soluções concretas, apresentando uma visão crítica e reflexiva sobre o tema.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
